

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

A proposta de Orçamento de Estado para 2021 tem três prioridades muito claras:

- combater a pandemia;
- proteger as pessoas;
- apoiar a economia e o emprego.

Até dispormos de um tratamento eficaz ou de uma vacina, o combate à pandemia COVID 19 terá de continuar a ser a primeira das nossas prioridades, desde logo com o continuado reforço do SNS.

Após um crescimento faseado de 1400 M€ do Orçamento do SNS entre 2015 e 2019, depois de um aumento histórico de 850 M€ da dotação inicial de 2020, logo seguido de um reforço extraordinário de mais 400 M€ no Orçamento Suplementar aprovado em julho, propomos agora um novo aumento de mais de 805 M€ do orçamento do SNS para 2021, que assim disporá de um total de 12.100 M€.

Deste modo, poderemos não só dar continuidade ao programa de investimentos nos cuidados de saúde primários, à expansão da rede de cuidados continuados integrados, ao desenvolvimento do programa de saúde mental, aos investimentos de modernização, expansão e construção dos novos hospitais, ao reforço, em termos líquidos, de mais 4.200 profissionais para o SNS e à contratação de 260 para o INEM, mas também dispor dos recursos necessários para :

- continuar a aumentar a capacidade de testagem e adquirir as ansiadas doses de vacina, que se espera poderem estar disponíveis no próximo ano;
- e criar um subsídio extraordinário de 20% do salário, até ao limite de 219 euros, para todos os médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, assistentes técnicos e operacionais e outros profissionais de saúde que estão em contacto direto com os doentes COVID.

Por outro lado, temos de reforçar a proteção social de todos os que, como efeito direto da pandemia ou das medidas de combate à sua propagação, perderam o emprego, sofrem quebras abruptas da sua atividade ou são

vítimas das múltiplas formas de desregulação das relações de trabalho que minam a nossa coesão social, de modo a garantir que não deixamos ninguém para trás.

Há uma dimensão central desta resposta que extravasa o estrito âmbito orçamental e que exige uma intervenção legislativa, que já está em curso, na regulação do teletrabalho, das plataformas digitais, do estatuto da intermitência dos trabalhadores culturais, do combate à precariedade laboral. É neste quadro que assume particular relevância a moratória de 24 meses na caducidade da contratação coletiva, assim protegendo da desregulação 3 milhões de trabalhadores.

Mas esta proposta de OE para 2021 prevê um conjunto de medidas de proteção social, que o diálogo que temos mantido com o BE, o PCP, o PAN e o PEV permitiu aprofundar e das quais gostaria de destacar:

- a dignificação estrutural da proteção no desemprego para quem ao longo da vida descontou sobre o seu salário, com o aumento do limite mínimo do subsídio de desemprego de um IAS (438 €) para um montante que será sempre superior ao limiar da pobreza (504€);
- a majoração do subsídio social de desemprego para o valor do limiar de pobreza, por forma a mitigar os efeitos da pobreza entre os desempregados;
- a criação de uma nova prestação social extraordinária que protege do risco de pobreza os trabalhadores por conta de outrem - não cobertos pelo subsídio de desemprego ou pelo subsídio social de desemprego – trabalhadores independentes, trabalhadores do serviço doméstico, trabalhadores informais e sócios gerentes de micro empresas;

Porque se trata de uma prestação extraordinária, numa situação de exceção, em que é imprescindível o esforço solidário de garantir o rendimento das famílias mais afetadas pela crise, facilitamos o acesso a esta prestação:

- com a não consideração da habitação própria e permanente, para efeitos da condição de recursos;
- e com a atribuição desta prestação, independentemente de condição de recursos, a quem cesse o subsídio de desemprego em 2021 e a quem sofra quebra de atividade em resultado de imposição legal ou administrativa.

Por fim, é muito claro que a sustentabilidade, quer do combate à pandemia, quer da necessária proteção das pessoas, depende da

capacidade de apoiarmos a economia e o emprego, com uma política económica e orçamental responsável, fortemente contra cíclica e potenciadora do crescimento futuro.

Em primeiro lugar, reforçando as condições de confiança dos agentes económicos, preservando a credibilidade internacional do país com uma trajetória de recuperação sustentada dos equilíbrios macro económicos, garantindo a estabilidade fiscal para as empresas, acelerando as condições de pronto acesso aos fundos mobilizados pelo Programa de Recuperação e Resiliência da União Europeia.

Em segundo lugar, assegurando um crescimento robusto do investimento público. Esta proposta de Orçamento aumenta em 23,2% o investimento público, com destaque para os setores da saúde, mobilidade sustentável, regadio e proteção da floresta, eficiência energética ou reabilitação de equipamentos, privilegiando os investimentos mais intensivos em trabalho e disseminados por todo o território.

Permitam-me que destaque, também, o importante reforço de 11% no orçamento dedicado à Cultura, que aumenta assim 49 M€, dando mais um passo para cumprir o objetivo de crescimento fixado no Programa de Governo, que a crise tornou ainda mais evidente ser necessário para fortalecer o nosso tecido cultural.

Em terceiro lugar, prosseguindo a estratégia de apoio às empresas. Desde logo, na manutenção dos postos de trabalho, através das medidas de apoio ao emprego e à retoma, com um custo estimado superior a 900 M€ no próximo ano.

Apoio às empresas, também, na eliminação do agravamento das tributações autónomas para as PME que em 2020 tenham prejuízos, bem como no prolongamento do crédito fiscal ao investimento, para que as empresas não tenham de adiar os seus projetos de modernização ou expansão. E ainda na extensão da moratória sobre os créditos bancários e na promoção de novas linhas de crédito com garantias de Estado até ao montante de 6.000 M€.

Particular referência merecem duas medidas dirigidas a setores fortemente atingidos pela crise. Por um lado, o fim das mais valias na reafecção de imóveis que se destinavam ao alojamento local; por outro o estímulo ao consumo na restauração, na hotelaria ou de bens e serviços culturais, devolvendo ao consumidor o IVA pago para novos consumos destes bens e serviços.

Em quarto lugar, contribuindo para a dinamização da procura interna com a continuidade de uma política de rendimentos assente na valorização do salário mínimo, em linha com o aumento médio da anterior Legislatura, e, já em janeiro, com um novo aumento extraordinário de 10€ mensais para todos os pensionistas com pensões até 658€.

Em 2021, o rendimento disponível das famílias melhora também com 550 M€ de alívio fiscal, pela redução do IVA da eletricidade, a diminuição da taxa de retenção na fonte do IRS e a já referida devolução do IVA pago na restauração, hotelaria e cultura.

E ainda pela melhoria das transferências não monetárias, como a gratuidade das creches para todos os filhos das famílias do primeiro e do segundo escalão, o alargamento das isenções de taxas moderadoras, a dinamização do arrendamento acessível, a manutenção do custo dos passes sociais com o alargamento da oferta de transportes públicos e uma nova redução das portagens do interior e da Via do Infante.

Enfim, com as medidas específicas para a prossecução do objetivo comum ao reforço do investimento público, do apoio às empresas e da dinamização da procura interna, que é sempre a proteção do emprego.

Estas medidas assentam, por um lado num conjunto de medidas ativas de emprego, especialmente destinadas aos jovens, e, por outro, na condicionalidade do acesso a benefícios fiscais ou linhas de crédito garantidas, por parte de grandes empresas com lucros, à não redução do nível de emprego que tinham a 1 de Outubro deste ano.

Em síntese, a Proposta de Orçamento de Estado para 2021, responde aos objetivos que nos propomos:

- combater a pandemia, através de um reforço sem precedentes do SNS;

- proteger solidariamente os que mais duramente foram atingidos pelas consequências económicas e sociais da pandemia, não abandonando ninguém à sua sorte;
- apoiar a economia e o emprego, reforçando a confiança dos agentes económicos, incrementando o investimento público, apoiando as empresas e o rendimento das famílias, com uma prioridade económica clara: emprego, emprego, emprego.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

As propostas de Orçamento não são anódinos exercícios tecnocráticos, inodoros e incolores. Assentam em opções políticas, determinadas por valores e distintas visões da sociedade.

Esta proposta não é exceção e dá naturalmente continuidade, sem qualquer recuo ou interrupção, à mudança que iniciámos há 5 anos, ao virar a página da austeridade para permitir mais crescimento, melhor emprego, maior igualdade, com contas certas. Agora, como então, a crise não se enfrenta com austeridade. Agora, como então, é necessário valorizar os rendimentos, aumentar o investimento, reforçar os serviços públicos.

Não surpreende por isso a oposição da direita, encabeçada pelo PPD-PSD, a um Orçamento que valoriza os rendimentos das famílias e o investimento público como motores da recuperação económica e que elege o reforço do SNS como a prioridade no combate à pandemia.

Ainda há um ano votaram contra a Lei de Bases da Saúde e por mais anos que passem – ou mudem de liderança ...- veem sempre o Diabo em cada aumento do Salário Mínimo Nacional.

Sim, este é um Orçamento de distribuição solidária e não de restrição austeritária.

Não corta rendimentos, protege os rendimentos das famílias e protege mais as famílias de menores rendimentos. Não reduz o investimento público, aumenta-o para responder em contraciclo à contração da economia. Não se conforma com a quebra da procura e apoia as empresas para vencerem a crise. Não se rende à fatalidade da destruição de postos de trabalho e protege o emprego.

Em Democracia há sempre alternativas e a sua vitalidade reforça-se com a clareza da sua afirmação.

Assim como coerentemente defendemos a continuidade do caminho que iniciámos em Novembro de 2015, é natural que a Direita também coerentemente defenda um caminho contrário.

É claro que é possível defender que devemos ser mais ousados a avançar no caminho que este Orçamento traça, procurando superar limitações ou insuficiências. O que não é possível é pretender querer ir mais longe ou mais rápido por este caminho, juntando-se agora à Direita que marcha em sentido oposto.

A votação na generalidade não é a votação final, mas é a votação da clarificação política. A votação sobre qual o caminho a seguir. A posição da Direita é clara. A posição do PS é clara e totalmente coerente com as opções assumidas nestes cinco anos de governação. As posições do PCP, do PAN, do PEV, das Deputadas Joacine Katar Moreira e Cristina Rodrigues são também muito claras e mostram que há quem não desista de encontrar soluções para a crise que enfrentamos. Iremos continuar a trabalhar com humildade democrática, seriedade e espírito de compromisso para em sede de especialidade melhorarmos, com os seus contributos, a Proposta que apresentamos.

Portugal precisa, os portugueses merecem, a crise exige um caminho claro e responsáveis políticos determinados a aprovar um bom Orçamento do Estado para 2021, para vencer a pandemia, proteger os cidadãos e apoiar a economia e o emprego.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Vivemos desafios únicos que estou certo nunca nenhum de nós imaginou ter de enfrentar.

E, por isso, quero concluir, reafirmando hoje e aqui, na solenidade do plenário da Assembleia da República, o que fez ontem um ano afirmei na tomada de posse do XXIIº Governo Constitucional:

“O compromisso que selámos com os Portugueses não está dependente de ciclos económicos. Este é um Governo para os bons e para os maus momentos. (...) Não viraremos as costas às dificuldades. E quanto maior for a tormenta, maior será a nossa determinação em ultrapassá-la.”

Disse.